



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 350/2013

Altera notas das Tabelas Anexas do Regimento de Custas do Estado do Paraná – Lei nº 6.149, de 9 de setembro de 1970, alterada em seus anexos pela Lei nº 16.741, de 29 de dezembro de 2010, o § 2º do art. 3º e o art. 4º da Lei nº 13.611, de 4 de junho de 2002 e revoga os incisos VIII e XX do art. 3º da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998.

**Art. 1º** Fica alterada a nota 2 da Tabela I, a nota 10 da Tabela IX e a nota única da Tabela X do Regimento de Custas do Estado do Paraná – Lei nº 6.149, de 9 de setembro de 1970, alterada em seus anexos pela Lei nº 16.741, de 29 de dezembro de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

#### “ANEXO

#### TABELA I

#### DOS ATOS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

...

NOTA 2 – A arrecadação total será recolhida ao Fundo da Justiça.

**TABELA IX**

**ATOS DOS ESCRIVÃES DO CÍVEL, FAMÍLIA E DA FAZENDA**

NOTA 10 – As custas processuais dos Juizados Especiais Cíveis correspondem a 50% (cinquenta por cento) dos valores apontados no item I e a sua arrecadação será recolhida ao Fundo da Justiça.

...

**TABELA X**

**ATOS DOS ESCRIVÃES DO CRIME**

...

NOTA – As custas processuais nos Juizados Especiais Criminais correspondem a 50% (cinquenta por cento) dos valores apontados no item III, letra “a” e a sua arrecadação será recolhida ao Fundo da Justiça.”

**Art. 2º** Fica alterada a redação do § 2º do art. 3º e o art. 4º da Lei nº 13.611, de 2002, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

...

§ 2º Se desprovido ou não conhecido, uma vez transitada em julgado a decisão, o valor deverá ser transferido, desde logo, mediante guia, para a conta do Fundo da Justiça.

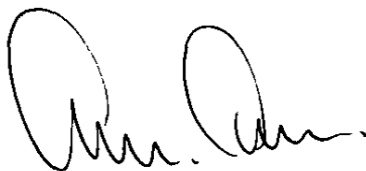
Art. 4º As custas processuais, previstas nos incisos II, III, IV e V do art. 1º, e incisos I e II do art. 2º, bem como as custas recursais nos Juizados Especiais, serão recolhidas por ocasião do preparo ao Fundo da Justiça.”

**Art. 3º** Ficam revogados os incisos VIII e XX do art. 3º da Lei nº 12.216, de 1998.




**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.


Sala das Comissões, 04 de dezembro de 2013.



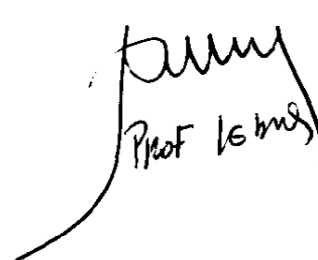
**ALEXANDRE CURI**  
Presidente



Relator



Rose Lira

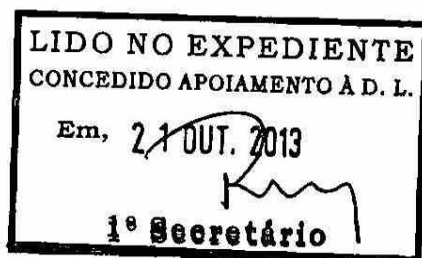


Prof. Leandro



Projeto de Lei Nº

539/13




**Súmula:** Concede o título de Cidadão Honorário do Estado Paraná ao Senhor **EUCLIDES BOGONI**.

**Art. 1º** - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado Paraná ao Senhor **EUCLIDES BOGONI**.

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões 17 de Outubro de 2013.

  
TERUO KATO  
Deputado Estadual – PMDB

  
FERNANDO SCANAVACCA  
Deputado Estadual – PDT



O nome do jornalista Euclides Bogoni está intimamente ligado à história do jornalismo de Paranavaí e do próprio Estado do Paraná, como um dos seus mais antigos militantes.

Natural de Videira, Estado de Santa Catarina, onde nasceu aos 28 de fevereiro de 1934, Bogoni emigrou para o Norte do Paraná com seus pais, Maria Miglioranza Bogoni e Ângelo Bogoni que, com os demais filhos, deixou sua loja de secos e molhados na região natal, a colônia de vinhedos, o gado de leite, e a produção artesanal de gêneros alimentícios, como vinho, queijo e salame, cedendo aos encantos da vasta propaganda imobiliária dos anos 40 e 50, em torno do novo eldorado que era o Norte do Paraná.

Com a família estabelecida em Alto Paraná, o espírito inquieto próprio da adolescência levou o jovem Euclides Bogoni a ampliar suas explorações em torno do conhecimento e da sociedade, construindo um significativo lastro de amizades em povoados adjacentes, como Capelinha (hoje Nova Esperança) e a Fazenda Brasileira (então recém-batizada com o nome de Paranavaí).

Dedicado à leitura e à arte de escrever, impelido pelas novas amizades, logo conseguiu emprego no Paranavaí Jornal, criado pelo tenente da Marinha Brasileira aposentado, Caetano Ferreira, conhecido por Pracinha, que era impresso em Maringá. No final de 1954 o jornal deixou de circular, surgindo a "Folha de Paranavaí", criado pelo mesmo Caetano Ferreira. Bogoni assumiu a chefia de redação. Em 1955 a grande geada dizimou os cafezais, que começavam a produzir e a oferecer retorno econômico ao investimento feito pelos desbravadores e pioneiros, e principal produto agrícola da região. Desolado pelo impacto negativo da intempérie que comprometia o progresso da cidade, Caetano Ferreira fechou o jornal em 31 de julho de 1955 e regressou ao Rio de Janeiro com a esposa, nunca mais voltando a Paranavaí.

Num momento de incertezas provocadas pelo virtual extermínio dos cafezais, monocultura que dominava o território Noroeste paranaense, emergiu o tirocínio, a coragem e o espírito desbravador do jovem Euclides Bogoni. Refletindo os arroubos próprios da juventude, então com 21 anos de idade, inspirado e atraído pela lide jornalística, lançou-se a uma empreitada desafiadora. Contrariando os espíritos menos afoitos, diante da adversidade que se projetava para o desenvolvimento da cidade e da região, formatizou uma nova publicação de caráter regional com o nome de "O Noroeste", que circulou pela primeira vez em 23 de outubro de 1955.



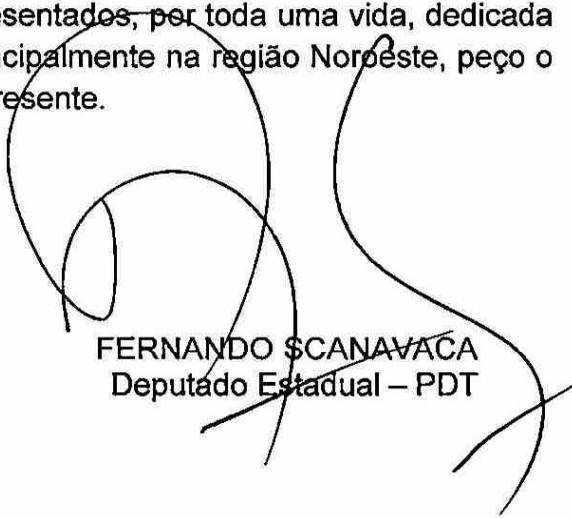
De quinzenário o jornal passou a semanário, impresso em Maringá, e dois anos depois, em 1957, com a inauguração de seu próprio parque gráfico, evoluiu para trissemanário e, no aniversário de quatro anos, em 23 de outubro de 1959, passou a diário, assim continuando até os dias atuais. Surpreendendo aos incrédulos de então pela circulação diária, o título foi averbado para Diário do Noroeste, que se tornou o diário oficial de toda a região Noroeste do Paraná e o mais antigo do interior do Estado em circulação, depois da Folha de Londrina.

Durante esses quase 60 anos de atividade jornalística, Euclides Bogoni tem participado com plena dedicação em favor das grandes causas comunitárias, econômicas, sociais e políticas da região Noroeste do Estado. Quer seja através de ênfase às ideias positivas emanadas da própria população e de seus representantes, quer seja de iniciativa própria, não deixando que o fato gestado caísse no simples esquecimento, a exemplo do que ocorreu recentemente com a criação da Reitoria da Universidade Estadual do Paraná e vem ocorrendo com a duplicação da BR-376 rumo ao Mato Grosso do Sul, sem contar milhares de outros eventos, de menor ou maior repercussão na economia e no desenvolvimento regional.

Prestes a completar 80 de idade, Euclides Bogoni preside com imparcialidade seu matutino, publicando os fatos como acontecem, retratando a verdadeira expressão da verdade. Jamais transigiu com interesses escusos, não se aliou em conluios ideológicos ou partidários. Digno jornalista que deve servir de exemplo às novas gerações, tendo prosperado o que merece e que a vida lhe deu, fruto de muito trabalho e dedicação à sua profissão. Pauta em suas páginas a história de Paranavaí e região Noroeste do Paraná, com muita altivez, digna de um grande homem que dedica sua vida a uma causa com a nobreza e objetividade de vida.

Pelos motivos apresentados, por toda uma vida, dedicada ao jornalismo e a valorização do Paraná, principalmente na região Noroeste, peço o apoio dos nobres pares, pela aprovação do presente.

  
TERUO KATO  
Deputado Estadual – PMDB

  
FERNANDO SCANAVACCA  
Deputado Estadual – PDT



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 539/2013**

**Projeto de Lei nº. 539/2013**

**Autores: Deputado Teruo Kato.**

**Deputado Fernando Scanavaca.**

**Súmula:** CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO SENHOR EUCLIDES BOGONI.

**EMENTA.** TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PRÉENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Teruo Kato e Fernando Scanavaca, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Euclides Bogoni.

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:



Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.



No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, com as certidões necessárias devidamente juntadas, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

Assim, diante da **LEGALIDADE** do tpresene projeto, opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2013.



Deputado NELSON JUSTUS

Presidente



Deputado CAIO QUINTANA

Relator



**APROVADO**

19.11.13



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## EMENDA MODIFICATIVA A PROJETO DE LEI Nº 539/2012

O Art. 1.º e o Parágrafo Único do Projeto de Lei 539/2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º** - Os serviços de tosa e banho em animais domésticos de pequeno a grande porte, ocorridos em estabelecimentos comerciais no Estado do Paraná são regulados pela presente lei.

**Parágrafo único** - São considerados animais domésticos de pequeno a grande porte para os fins da presente lei os cães e os gatos.

Emenda de Plenário nº	02
DAP	05 NOV 2013
Visto	<i>Claudio</i>

Sala das Sessões, 05 de novembro de 2013.

*EDUARDO SCARAVACIA*

**RASCA RODRIGUES**

Deputado Estadual - PV

*HELENA MARON*

*RAFAEL MIRÓ*

*BELINZAGHI*

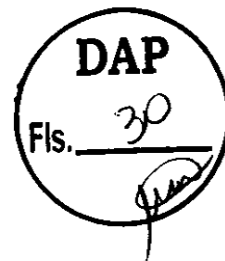
15:18 05/11/2013 009616 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ





# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



## JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa alterar apenas a vogal "e" pela "a" com o intuito de deixar bem claro que, os animais de pequeno, médio e grande porte estão incluídos e gozam dos direitos estabelecidos pelo texto Projeto de Lei 539/2012.

12



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**PAREÇER À EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 539/2012**

**Projeto de Lei: 539/2012**

**Autor: Deputado Rasca Rodrigues**

Súmula: Dispõe sobre os serviços comerciais de tosa e banho em animais domésticos de pequeno e grande porte no Estado do Paraná e adota outras providências.

**EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA.  
POSSIBILIDADE. ARTS. 137, 138 E ART. 141,  
DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP.  
CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO DA  
EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, tem por objetivo dispor sobre os serviços comerciais de tosa e banho em animais domésticos de pequeno e grande porte no Estado do Paraná e adota outras providências.

Ocorre que, em data de 05 de novembro de 2013, em segunda discussão durante a Sessão Plenária, o presente projeto



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



de lei recebeu Emenda Modificativa. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

**I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;**



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

**II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)**

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 42º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

**§ 5º. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.**

Dessa forma, verifica-se que a referida Emenda modificativa encontra-se em consonância com ditames constitucionais, haja vista haver relação direta com o projeto inicial, não encontrando óbice ao seu prosseguimento, devendo a mesma ser aprovada.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, uma vez obedecido o trâmite legal, bem como por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente **Emenda Modificativa.**

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2013.

*Dep. Pericles*  
*Dep. Carlos*

*[Signature]*  
**Deputado Nelson Justus**  
**PRESIDENTE**

*[Signature]*  
*Dep. Severina*

*[Signature]*  
*Dep. Tadeu Veneri*

*[Signature]*  
**Deputado Tadeu Veneri**  
**RELATOR**

**APROVADO**  
**03.12.13**

*[Signature]*  
*Dep. Tadeu*

*[Signature]*  
*Dep. Tadeu*

*[Signature]*  
*Dep. Tadeu*

*[Signature]*  
*Dep. Tadeu*  
*Dep. Tadeu*

*[Signature]*  
*Dep. Tadeu*



PROJETO DE LEI

661/13

**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Súmula:** Autoriza a transformação da Autarquia Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA em Empresa Pública, sob a mesma denominação, e dá outras providências.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte Lei:***

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a transformar a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, autarquia estadual criada nos termos da Lei nº 6.249, de 10 de novembro de 1971, em Empresa Pública, sob a mesma denominação, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.

**Parágrafo único.** A APPA terá sede e foro na cidade de Paranaguá, tendo prazo de duração indeterminado, sub-rogando-se à autarquia em todos os seus direitos e obrigações.

**Art. 2º** A APPA tem por objetivo a administração e exploração dos portos de Paranaguá e Antonina, nos termos da delegação da União ao Estado do Paraná.

**Parágrafo único.** Sem prejuízo do disposto neste artigo, a APPA poderá exercer outras atividades compatíveis com suas atividades de autoridade portuária, observada a legislação aplicável e seu estatuto social.

**Art. 3º** A APPA terá capital social formado:

- I – pelos bens e direitos sub-rogados da autarquia;
- II – pelo valor dos equipamentos, móveis e imóveis em utilização e de propriedade da autarquia;
- III – outros valores que vierem a ser incorporados.

**Art. 4º** Constituirão recursos da empresa:

- I - as receitas operacionais decorrentes de tarifas, preços públicos, arrendamentos e outros oriundos da prestação dos serviços compatíveis com sua finalidade;
- II - os recursos de capital resultantes da conversão, em espécie, de bens e direitos;



III - os recursos de operações de crédito, assim entendidos os provenientes de empréstimos e financiamentos obtidos pela empresa;

IV - as receitas patrimoniais;

V - as receitas financeiras;

VI - as doações de qualquer espécie;

VII - os recursos destinados pela União Federal, Estado do Paraná e Municípios;

VIII - outras receitas que lhe forem destinadas.

**Art. 5º** A APPA gozará da imunidade tributária recíproca de que trata o art. 150, VI, "a", da Constituição da República.

**Art. 6º** Ato do Poder Executivo aprovará o Estatuto da APPA.

**Parágrafo único.** O Estatuto Social da empresa definirá composição, atribuições, competência, estrutura organizacional e demais condições para seu funcionamento, respeitadas as determinações legais cabíveis.

**Art. 7º** A APPA será dirigida por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**§ 1º** Os membros do Conselho de Administração serão nomeados pelo Governador.

**§ 2º** Os membros da Diretoria Executiva serão nomeados pelo Governador, por indicação do Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística.

**§ 3º** A composição e a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão disciplinados no decreto instituidor da empresa.

**Art. 8º** O regime de pessoal da APPA será o da legislação trabalhista comum, com contratação por concurso público.

**Parágrafo único.** A APPA poderá promover contratação de pessoal por período determinado, nos termos do que autoriza a legislação trabalhista, cujos contratos terão duração máxima e improrrogável de até dois anos, mediante processo seletivo público que observe os princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

**Art. 9º** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em até cento e oitenta dias, contados da publicação.

**§ 1º** O ato do Poder Executivo que aprovar o Estatuto determinará a data de instalação da empresa.

**§ 2º** Até que seja aprovado o Estatuto e instalada a empresa, continuarão vigorando as normas legais, regulamentares e regimentais atualmente aplicáveis à autarquia, notadamente em relação aos fins, competências, atribuições, estrutura jurídica, contratos e regime jurídico do pessoal, salvo no que contrariar a presente Lei.

**Art. 10.** Tendo em vista a necessidade de continuidade dos serviços prestados pela APPA, sua execução orçamentária e financeira, no exercício de 2013, continuará a ser procedida pela Unidade: 7731 - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA.

**Art.11.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais necessários à implementação da presente Lei e a criar o Orçamento de Investimentos da APPA.

**Art. 12.** A APPA ficará sujeita à fiscalização dos órgãos de controle interno do Poder Executivo Estadual e ao controle externo exercido pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

**Art.13.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 22 de novembro de 2013.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



Curitiba, em 22 de novembro de 2013



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 25 NOV. 2013

*mauro*  
1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 25 NOV. 2013

*Thomaz*  
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a transformar a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, autarquia estadual criada nos termos da Lei nº 6.249, de 10 de novembro de 1971, em Empresa Pública, sob a mesma denominação, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, nasceu com o objetivo de desenvolver as atividades portuárias do Paraná.

Desde então o sistema normativo-jurídico brasileiro passou por profundas alterações, mudanças extremamente significativas que se tornaram novos marcos legais, especialmente em 1988 com a promulgação da nova Constituição da República.

As novas diretrizes legais introduziram princípios no ordenamento jurídico brasileiro, as novas legislações impuseram novos comportamentos ao administrador público brasileiro, e de um modo bastante particular o sistema legislativo do setor portuário da mesma maneira, promovendo alterações profundas.

No ano de 1993 foi editada a Lei nº 8.630/1993 – chamada de “Lei de modernização dos portos”, o que, para aquele contexto, de fato era realidade.

A nova Lei trouxe naquele momento diversas mudanças, porém a mais significativa delas foi trazer a obrigatoriedade das administrações portuárias serem exclusivamente autoridades portuárias.

Excelentíssimo Senhor

Deputado VALDIR ROSSONI

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.973.246-8



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Isso implicou na retirada da APPA das operações portuárias, que passaram a ocorrer por conta e risco dos chamados operadores portuários, empresas privadas habilitadas pelas autoridades portuárias, nos moldes da Lei.

De fato e de direito não havia mais a obrigação de realizar as operações portuárias por parte das Administrações, que passaram a figurar única e exclusivamente como sendo autoridades portuárias.

Essas modificações legislativas do ordenamento jurídico brasileiro criaram distorções que atingiram frontalmente a APPA, uma vez que seu decreto regulamentador – Decreto Estadual nº 7.447/1990 - foi criado e concebido sob a ótica de uma Autoridade Portuária também operadora portuária, ou seja, que realizava as atividades operacionais de carga/descarga de navios.

Como o Decreto Estadual nº 7.447/1990 ainda está em vigência, o problema persiste até a data presente, pois as funções nele previstas estão em desacordo com a realidade operacional da APPA, o que acaba promovendo as funções ou atribuições desviadas de sua forma natural, para as quais foram criadas, seja pela falta do quantitativo ideal ou pela qualificação específica, forçando escalas e jornadas prolongadas que acarretam via de consequência as malfadadas horas extraordinárias.

Como resultado dessa situação, a excessiva quantidade de reclamações trabalhistas visando a recomposição patrimonial oriunda dessas distorções nos custa verdadeiras fortunas anualmente.

Desde então nenhuma atitude concreta foi tomada, muito embora tenham surgidas tentativas isoladas, nenhuma delas logrou qualquer êxito, provocando um descaso que perdura mais de vinte e dois anos e um prejuízo que ultrapassa R\$ 1,3 bilhão de reais trazidos a valores presentes.

Essa incongruência já foi objeto de apontamento de diversos intervenientes, tais como TCE/PR – Tribunal de Contas do Estado do Paraná, MP – Ministério Público Estadual, MPF - Ministério Público Federal, MPT- Ministério Público do Trabalho, ANTAQ – Agência Nacional de Transporte Aquaviário e **CPI – ALEP/PR – Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.**

A CPI produziu um apanhado de informações e sugestões que restaram compiladas em seu relatório final, publicado em Diário Oficial do Estado – Edição 218 – Publicação 63 de 25 de maio de 2012.

Destaca-se que um dos assuntos pautados pelos Senhores Deputados integrantes da CPI foi a problemática e a onerosidade do chamado “passivo trabalhista”, o qual foi objeto de tópico apartado, conforme transcrição.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

(Transcrição de trecho do relatório final da CPI dos Portos – 25/05/2012  
DIOE ED.218)

### **"PASSIVO TRABALHISTA**

*Também no curso das investigações da CPI, fora constado a existência de passivo trabalhista ajuizado na monta de mais de R\$ 500.000.000,00, bem como a existência de centenas de processos ajuizados anualmente por parte dos servidores da APPA e dos demais terceirizados, na busca reiterada do **pagamento de horas extras inadimplidas, descumprimento de intervalos, desvios de função e até indenização por dano moral.***

*Além das dificuldades históricas impostas pela legislação e modelo jurídico adotado para gestão portuária, restou demonstrado a precariedade da estrutura jurídica para atendimento do volume de demandas judiciais que tramitam em face da APPA.*

*Os informes disponibilizados pela Superintendência da APPA apontam que cerca de 50 milhões de reais por ano são pagos neste esqueje, além das verbas ordinárias com pessoal, o que realmente imputa um reiterado descontrole e irregularidades de ordem histórica, além do descompasso da atividade da autarquia com o seu modelo jurídico." (g.n.)*

Ainda, a CPI – através dos Deputados Estaduais, concluiu que o Poder Executivo deveria adotar imediatamente providências no sentido de regularizar tal situação, eliminando as infundáveis demandas trabalhistas, assim como os fatos que as dão causa, promovendo inclusive alterações legislativas para as correções adequadas que se fizerem necessárias.

Todavia a evolução da legislação de arrimo continuou e, em seu episódio mais recente, houve a edição da MP 595 – chamada de MP dos Portos, convertida na Lei Federal nº 12.815/2013, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.033/2013.

As novas figuras normativas atuais do sistema portuário brasileiro trazem com clareza, para os entes delegados, apenas a possibilidade de Administração Indireta, consubstanciadas nas modalidades de Sociedade de Economia Mista ou então Empresa Pública.

As Sociedades de Economia Mista são, em sua essência, empresas que realizam distribuições de lucros e que, obrigatoriamente, são compostas por mais de um sócio, o que ofenderia as obrigações previstas no Convênio de Delegação, o qual exige a destinação exclusiva das receitas da APPA em suas próprias atividades.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Cabe destacar que esta transformação melhor se realizará no formato de Empresa Pública, haja vista o controle societário permanecer sob domínio completo e total do Estado do Paraná.

Também, a presente transformação possibilitará a APPA promover, com maior agilidade e sem as restrições decorrentes do atual modelo, a formatação de um quadro de pessoal profissional adequado às novas exigências da Lei, a ser admitido por concurso público, visando corrigir, num curto espaço de tempo, os desvios funcionais, excessos de horas extras e seus reflexos.

É preciso destacar que os novos marcos regulatórios do setor reafirmam a condição trazida pela Lei anterior (Lei nº 8.630/1993), qual seja, a condição exclusiva de autoridade portuária, reforçando a condição das administrações não atuarem como operadores portuários propriamente dito.

Ainda, trouxe a baila (art. 17 da Lei Federal nº 12.815/2013<sup>1</sup>) as atribuições sob a nova ótica, da figura de autoridade portuária.

1Art. 17. A administração do porto é exercida diretamente pela União, pela delegatária ou pela entidade concessionária do porto organizado.

§ 1º Compete à administração do porto organizado, denominada autoridade portuária:

- I - cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos e os contratos de concessão;
- II - assegurar o gozo das vantagens decorrentes do melhoramento e aparelhamento do porto ao comércio e à navegação;
- III - pré-qualificar os operadores portuários, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder concedente;
- IV - arrecadar os valores das tarifas relativas às suas atividades;
- V - fiscalizar ou executar as obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias;
- VI - fiscalizar a operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;
- VII - promover a remoção de embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto;
- VIII - autorizar a entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto, ouvidas as demais autoridades do porto;
- IX - autorizar a movimentação de carga das embarcações, ressalvada a competência da autoridade marítima em situações de assistência e salvamento de embarcação, ouvidas as demais autoridades do porto;
- X - suspender operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do porto, ressalvados os aspectos de interesse da autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego aquaviário;
- XI - reportar infrações e representar perante a Antaq, visando à instauração de processo administrativo e aplicação das penalidades previstas em lei, em regulamento e nos contratos;
- XII - adotar as medidas solicitadas pelas demais autoridades no porto;
- XIII - prestar apoio técnico e administrativo ao conselho de autoridade portuária e ao órgão de gestão de mão de obra;
- XIV - estabelecer o horário de funcionamento do porto, observadas as diretrizes da Secretaria de Portos da Presidência da República, e as jornadas de trabalho no cais de uso público; e
- XV - organizar a guarda portuária, em conformidade com a regulamentação expedida pelo poder concedente.

§ 2º A autoridade portuária elaborará e submeterá à aprovação da Secretaria de Portos da Presidência da República o respectivo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto.

§ 3º O disposto nos incisos IX e X do § 1º não se aplica à embarcação militar que não esteja praticando comércio.

§ 4º A autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego pode intervir para assegurar aos navios da Marinha do Brasil a prioridade para atracação no porto.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Nesse contexto, ao analisar a fundo a questão, com a responsabilidade e reflexão que o assunto merece, não restou outra senão a presente proposição legislativa como sendo a única e também a saída mais adequada à realidade futura da empresa.

Isso porque a situação hoje vivenciada pela APPA não encontra respaldo jurídico consolidado, visto que é tido como regime híbrido, pois é legalmente uma autarquia mas não reconhecida como tal.

Diante dessa realidade, seu quadro de servidores é celetista e não estatutário, em desconformidade com a legislação.

O Poder Judiciário não reconhece a condição autárquica da APPA, tanto é verdade que a Justiça do Trabalho exarou a OJ – Orientação Jurisprudencial nº 87 que dispõe especificamente sobre a APPA, determinando que as execuções se processem diretamente e não mediante precatório, dentre tantas outras incongruências vividas pela autarquia.

Todavia, é preciso buscar alguma saída para que se possa solucionar esse imbróglio de maneira definitiva, e que coloque a APPA novamente nas diretrizes do futuro.

Futuro do setor portuário nacional que está em plena fase de expansão, face as conhecidas e excessivas demandas que o mercado oferece e o sistema não tem condições adequadas de atendimento.

Não restam dúvidas que a adequação da APPA ao dinamismo exigido pelo setor e pelas atividades portuárias está incompatível com a atual realidade autárquica.

É preciso dar velocidade de atendimento e respostas aos anseios da sociedade paranaense e de todo Brasil.

Nessa toada, buscar excelência na prestação dos serviços de obrigação da APPA é dever do Estado, face a obrigação assumida em razão da histórica delegação.

Ainda, é necessário o destravamento do setor, a fim de dar efetiva pujança ao crescimento reprimido do setor portuário brasileiro, melhorando o atendimento aos usuários do porto.

Portanto, a presente medida legislativa visa alcançar a correção das distorções legislativas ocorridas ao longo dos anos, recompondo a condição ideal à APPA, fazendo frente às novas demandas.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Vale dizer que a promoção das adequações necessárias foram sugeridas por esse próprio Poder, corrigindo um problema que perdura há mais de vinte anos, colocando a APPA frente ao futuro projetando a qualidade prestacional de seus serviços no setor portuário paranaense.

É neste sentido que esperamos o apoio dos nobres Parlamentares, dando guarida e celeridade à presente medida, uma vez que o passivo trabalhista continuará sendo gerado, até ulterior mudança legislativa.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHÁ**

Governador do Estado

COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO



Informação nº 036/2013

Assunto: Anteprojeto de Lei. Transformação da Autarquia Estadual – APPA – em Empresa Pública  
Protocolo: 11.973.246-8

1. Breve relatório

Trata o protocolado de anteprojeto de lei proposto pelo Grupo de Trabalho instituído pela Resolução Conjunta SEIL/SEAP/SEPL/APPA/PGE/PRPREV nº 01/2013 (fls. 07), visando a transformação da forma jurídica da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, entidade integrante da administração indireta do Estado do Paraná, atualmente organizada como autarquia, em empresa pública.

É intenção do presente de que o Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná proponha à Assembléia Legislativa uma nova estrutura institucional para os Portos do Paraná. Da análise do protocolo em questão, percebe-se às fls. 07 a Resolução Conjunta para instituir Comissão a fim de viabilizar estudo do novo quadro de pessoal, bem como novo regime jurídico da APPA. A justificativa para tanto se dá em razão de:

\* dificuldades com relação ao efetivo de pessoal, quadro funcional, plano de cargos e salários,

Confere com o original  
SEEG/CTL, em 25/11/23

Ass.

\* diversas alterações legislativas que criaram distorções que atingem frontalmente a APPA, tais como atribuições desviadas de sua forma natural pelas quais foram criadas devido a falta do quantitativo ideal, forçando escalas e jornadas prolongadas que acarretam em horas extraordinárias;

\* enorme demanda trabalhista, devido aos motivos anteriormente informados, visando a recomposição patrimonial de servidores oriunda dessas distorções. Passivo trabalhista estimado: R\$ 700 milhões.

Estão acostadas ao protocolo diversas atas de reuniões em que tiveram a presença da comissão designada pela já referida Resolução Conjunta SEIL/SEAP/SEPL/APPA/PGE/PRPREV nº 001/2013 a fim de viabilizar estudo do Novo Quadro de Pessoal e Regime Jurídico da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA.

- ATA 1ª REUNIÃO:

Deliberações sobre:

-dia e horário das próximas reuniões;

-apresentação de cada secretaria envolvida de estudo sobre a migração do regime jurídico ou manutenção da condição de autarquia;

- ATA 2ª REUNIÃO:

-SEPL:

Do ponto de vista da SEPL a alteração do regime jurídico não causaria impacto no orçamento do Estado

-SEAP:

"caso permaneça o regime atual, o quadro existente poderia ficar em extinção, criando-se um novo plano de carreira, pois o QPPE não contempla as funções da APPA e caso



seja alterado o regime jurídico para Empresa Pública, foge da sua competência por se tratar de regime celetista.

-PRPREV

"caso permaneça o regime celetista, deverá ser obedecido o regime geral de previdência, bem como a aposentadoria será limitada pelo teto do INSS. Se contribuiu pelo Regime Geral, necessariamente deverá se aposentar pelo mesmo. Todos os novos funcionários deverão ser estatutários e estariam submetidos ao regime próprio de previdência".

-PGE

Informa que a transposição do regime celetista para o estatutário não pode ser realizada, pois afronta os artigos 34, II e 40 da CF, uma vez que ninguém pode usufruir da previdência se não contribuiu ao longo dos anos.

"A solução mais sustentável é a transformação da APPA em empresa pública, colocando o quadro atual em extinção e a formação de um novo quadro mediante concurso público."


- 3ª REUNIÃO (fls. 17/19)

- APPA:

"com relação ao estudo enviado por e-mail pela SEPL, a APPA informa que a relação de despesa x pessoal demonstrada pela SEPL é momentânea, uma vez que devido ao elevado número de investimentos e despesas futuras, este índice poderá aumentar em um curto espaço de tempo, colocando em risco o percentual previsto na LRF. A APPA vai repassar para a SEPL as projeções referentes aos investimentos dos próximos 5 anos que repercutirão nos índices de despesa de pessoal. A SEPL consultará a SEFA para identificar os impactos nos índices de despesas de pessoal na folha de pagamento do Estado".

- SEAP:

Folha de pagamento da APPA: R\$ 5.823.070,22;

Confere com o original  
SEEG/CTL, em 25/11/13  
Ass. 

Folha de pagamento do Estado: R\$ 1.162.107.302,00

Deixando de ser Autarquia, ficaria fora do âmbito de competência da SEAP;

- IMPACTOS PREVIDENCIÁRIOS DECORRENTES DA INCORPORAÇÃO DOS SERVIDORES DA APPA NO RPPS DO ESTADO DO PARANÁ – fls. 21/23

- ATA 4ª REUNIÃO (fls. 25 a 27)

Troca de informações sobre PDV em outras entidades.

- ATA 5ª REUNIÃO (fls. 28 a 30):

Debate.

- ATA 6ª REUNIÃO (fls. 31 a 38)

Conclusão dos trabalhos:

“A COMISSÃO RECOMENDA: 1) ao Governo do Estado do Paraná que atribua a uma empresa pública a condição de executória do Convenio de Delegação n. 037/2001 firmado entre a União Federal e o Estado do Paraná, mediante a transformação da natureza jurídica da APPA; 2) Seja criado um novo quadro de empregados da APPA, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT; 3) Seja colocado em extinção o atual quadro de empregados; 4) Seja mantido o Regime Geral de Previdência Social – RGPS. 5) Implantação de um Plano de Demissão Voluntária nos moldes já adotados pelo Estado do Paraná; 6) Minuta de projeto de lei de autorização para transformação em empresa pública.”

Às fls. 62 e seguintes, estão acostadas a Minuta do Projeto de Lei e a conseqüente Justificativa.

Confere com o original  
SEEG/CTL, em  
Ass.

Às fls. 72/73, observa-se Parecer Técnico nº 36/2013 – CMI/SEPL, o qual concluiu que, após análise da matéria nos aspectos restritos a sua competência, no que se refere a organização da empresa, afirmando, por fim, que nada tem a obstar.

A Coordenação de Orçamento e Programação manifestou-se sob a Informação nº 601/2013 – COP/SEPL (fls. 74), também no sentido de nada obstar quanto ao solicitado.

Em protocolo apartado que trata do mesmo assunto, fora juntada a Informação nº 133/2013 ATJ-GAB-PGE, de lavra da Assessoria Técnica do Gabinete do Procurador-Geral a qual assim concluiu acerca da adequação jurídica da transformação da autarquia em empresa pública :

"Diante as razões expostas, e considerando (i) a priorização dada pela nova lei de portos às figuras da empresa pública e da sociedade de economia mista, (ii) que com a transformação da APPA em empresa pública ela permanecerá como ente da administração pública indireta estadual; (ii) que esta transformação não importará em alteração das disposições do Convênio de Delegação, pois a APPA permanecerá existindo e permanecerá integrante da administração indireta, exercendo suas funções e obrigações de interveniente executora do Delegatário no Convênio de Delegação nº 37/2001; conclui este órgão de assessoria técnica, salvo melhor juízo, pela viabilidade jurídica da transformação da APPA em empresa pública, desde que realizada mediante lei, sendo dispensável prévia consulta à ANTAQ e a formulação de Termo Aditivo ao Convênio de Delegação, não obstante esta providência possa ser efetivada acaso assim entenda a autoridade estadual responsável pela tomada de decisão."

(grifo nosso)

Confere com original  
SEEG/CTL, em 25/11/13  
Ass. \_\_\_\_\_

## 2. Análise da CAFE

A transformação da APPA em Empresa Pública, segundo conclusão apresentada pela assessoria técnica da PGE, é juridicamente viável. Entretanto, de acordo com análise desta Coordenação acerca do impacto financeiro, temos que:

O total da Receita Corrente Líquida referente aos últimos doze meses, é de R\$ 23.772.114.947,02 (vinte e três bilhões, setecentos e setenta e dois milhões, cento e quatorze mil, novecentos e quarenta e sete reais e dois centavos) e, inserida neste montante, tem-se a Receita referente à APPA no valor de R\$ 273.766.063,51 (duzentos e setenta e três milhões, setecentos e sessenta e seis mil, sessenta e três reais e cinquenta e um centavos).

Já a despesa de pessoal do Poder Executivo referente aos últimos doze meses perfaz o montante de R\$ 11.575.678.984,93 (onze bilhões, quinhentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e oito mil, novecentos e oitenta e quatro reais e noventa e três centavos), fazendo parte deste valor a despesa de pessoal da APPA que é de R\$ 104.666.773,52 (cento e quatro milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, setecentos e setenta e três reais e cinquenta e dois centavos).

Sendo assim, analisando o caso concreto da transformação da APPA em Empresa Pública e o seu impacto financeiro no índice de dispêndio com pessoal do Poder Executivo, observamos que será, em média, de 0,12% (ver quadro em anexo).

Conclui-se, portanto, a partir dos números apresentados no quadro em anexo, que haverá impacto financeiro, uma vez que a Receita da APPA tem considerável representatividade e sairá do cômputo da Receita Corrente Líquida do Estado.

Confere com o original  
SEEG/CTL, em 22/11/13  
Ass. [Assinatura]

Esta é a razão do aumento de 0,12% do índice de pessoal que, no momento, encontra-se em 48,68% do total da Receita Corrente Líquida. Com o aumento de 0,12%, o índice subiria para 48,81%, correspondendo a 99,61% do total permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

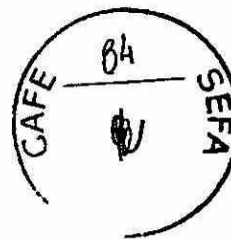
Destacamos também que, de acordo com o Projeto de Lei (fls. 63), a APPA levará com a sua transformação todo o passivo trabalhista, suas futuras obrigações com as demais ações já ajuizadas e outras que porventura sejam. É o que se depreende do art. 1º, parágrafo único do supracitado Projeto de Lei. Vejamos:

*Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a transformar a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, autarquia estadual criada nos termos da Lei nº 6.249/1971, em Empresa Pública, sob a mesma denominação, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e financeira, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.*

*Parágrafo Único. A APPA terá sede e foro na cidade de Paranaguá, tendo prazo de duração indeterminado, sub-rogando-se à autarquia em todos os seus direitos e obrigações.*

Em última análise, e tendo por base o conteúdo do presente protocolado, do outro lado observa-se que a atual situação da APPA também traz impacto financeiro, uma vez que encontra-se impedida de renovar seu quadro de pessoal devido o índice de despesa com pessoal do Poder Executivo ter ultrapassado o limite prudencial (art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Sendo assim, como Empresa Pública, a APPA poderá realizar concurso público colocando fim à intensa demanda judicial trabalhista que, segundo consta do presente protocolado, gera um passivo trabalhista que atualmente totaliza um montante de aproximadamente R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais).



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria da Fazenda

Por todo o exposto, encaminhe-se à Procuradoria Geral do Estado para dar prosseguimento ao feito.

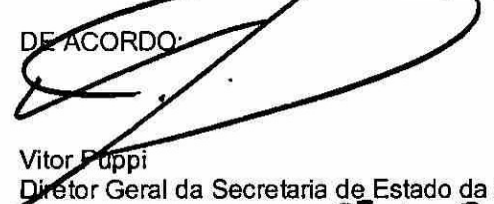
É a informação.


Curitiba, 05 de novembro de 2013.

Danielle Barrozo Cavalcante  
Assessora da CAFE

  
Fádua Kubrusly Cruz  
Coordenadora da Administração Financeira do Estado  
Encaminhe-se ao DG/SEFA. Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

DE ACORDO:

  
Vitor Puppi  
Diretor Geral da Secretaria de Estado da Fazenda  
Encaminhe-se à PGE. Em 05/11/13.

Confere com o original  
SEEG/CTL, em 29/11/13  
Ass. 





Secretaria de Estado da Fazenda  
Coordenação da Administração Financeira do Estado  
Divisão de Controle da Receita e Dívida Pública

IMPACTO SOBRE A RECEITA E DESPESA DO APPA NO PODER EXECUTIVO

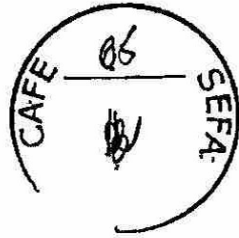
DISCRIMINAÇÃO	Valores em Reais	
	SETE/AGO/13 (últimos 12 meses)	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (I)</b>	23.772.114.947,02	
Participação do APPA na RCL	273.766.063,51	
Participação de Outros Órgão do Estado na RCL	23.498.348.883,51	
<b>DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO (II)</b>	11.575.678.984,93	
Participação do APPA na Despesa c/ Pessoal	104.666.773,52	
Participação de Outros Órgão do Estado na Despesa c/ Pessoal	11.471.012.211,41	
<b>PERCENTUAL DE GASTO COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO (III) =(II/I)</b>	48,69%	
Participação do APPA na Despesa c/ Pessoal	0,44%	
Participação de Outros Órgão do Estado na Despesa c/ Pessoal	48,25%	
<b>IMPACTO SOBRE A SAÍDA DA RECEITA E DESPESA DO APPA DO PODER EXECUTIVO (IV) = (V/VI)</b>	48,82%	
Receita Corrente Líquida - (V)	23.498.348.883,51	
Despesa com Pessoal do Poder Executivo (VI)	11.471.012.211,41	

Confere com o original  
SEEG/CTL, em 29/11/13  
Ass.

SEFA - PR

Logo o Acréscimo do Limite de Gastos com Pessoal no período de Ago/12 a Set/13 é de 0,12%

Coordenação da Administração Financeira do Estado - CAFE





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 661/2013

Projeto de Lei nº 661/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 159/2013

Súmula: Autoriza a transformação da Autarquia Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA em Empresa Pública, sob a mesma denominação, e dá outras providências.

EMENTA: TRANSFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA. AUTARQUIA PARA EMPRESA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. ART 21, XII, “f”, CF. ART. 17 DA LEI FEDERAL Nº 12.815/2013. ART. 27, XVIII E XIX DA CE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 124 REGIMENTO INTERNO DA ALEP. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO. PARECER DA COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

VISTA EM 26/11/2013

Dep. Pericles Mello

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

CCJ





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo objetiva transformar a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA (autarquia estadual criada nos termos da Lei nº 6.249, de 10 de novembro de 1971) em empresa pública, sob a mesma denominação, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.

## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**:

**Art. 124.** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Com relação a iniciativa das Leis, ainda, oportuno observar a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, em seu artigo 65:

**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Inclusive, deve-se destacar que o referido tema é de competência privativa do Governador do Estado, conforme pode ser observado pelos artigos 66, IV e 87, III da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**:

**Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:**

(...)

**IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (grifo nosso)**

**Art. 87. Compete privativamente ao Governador:**  
(vide ADIN 979-6)

**III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual; (grifo nosso)**

Da análise do presente projeto de lei observa-se que, o objetivo é transformar a APPA em empresa pública, haja vista o controle societário permanecer sob o domínio completo e total do Estado, sub-rogados, à autarquia, todos os direitos e obrigações.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Assim, cumpre salientar que a exploração dos portos é de competência da União, direta ou indiretamente, assim previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA**, artigo 21, inciso XII, "f", conforme segue:

**Art. 21. Compete à União:**

(...)

**XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:**

(...)

**f) os portos marítimos, fluviais e lacustres;**

Atualmente, no Estado do Paraná, a autarquia Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA é responsável por gerir os portos paranaenses através do **CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO Nº 037/2001**, celebrando em 11 de dezembro de 2001 entre o Estado do Paraná e a União com validade de 25 anos, que vigorará até 1º janeiro de 2027, com possibilidade de prorrogação.

Ademais, cumpre salientar a norma legal do artigo 17 da Lei Federal nº 12.815/2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias, conforme segue:

**Art. 17. A administração do porto é exercida diretamente pela União, pela delegatária ou pela entidade concessionária do porto organizado.**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Dessa forma, possível o assunto em tela ser objeto do presente projeto, considerando o previsto na **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, artigo 27, inciso XVIII e XIX, conforme adiante transcrito:

**Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:**

(Redação dada pela Emenda Constitucional 11 de 10/12/2001) (vide Lei 16867 de 12/07/2011)

(...)

XVIII - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

(Redação dada pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000)

XIX - depende de autorização legislativa a transformação, fusão, cisão, incorporação, extinção e privatização e, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada; (grifo nosso)



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Vislumbra-se, portanto, que o presente projeto de lei é perfeitamente possível e o Poder Executivo detém a competência necessária para tal proposição.

Ademais, cumpre observar se o presente projeto viola a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/00.

Para tanto, se observa da Informação nº 036/2013, da Coordenação da Administração Financeira do Estado que, haverá impacto de, em média, 0,12%, conforme fls.16.

Neste sentido, é o parecer às fls. 17: ***“Esta é a razão do aumento de 0,12% do índice de pessoal que, no momento, encontra-se em 48,68% do total da Receita Corrente Líquida. Com o aumento de 0,12%, o índice subiria para 48,81%, correspondendo a 99,61% do total permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.”***

Dessa forma, conforme declaração anexa ao projeto não existe violação em face da mencionada Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar Federal 95/98.

## CONCLUSÃO



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

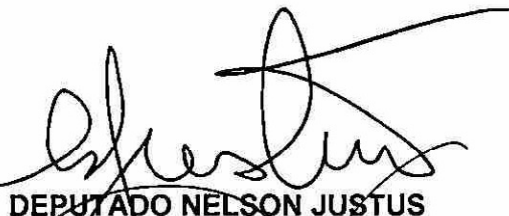
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR

  
Turini

VOTO  
CONTRARIO  
AO PARECER  
Pr Edson Pr.  
Pericles Mello  
Tadeu Generi

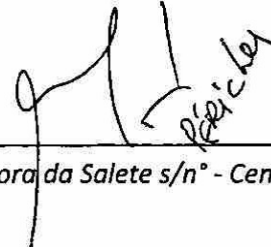
  
Tadeu Generi

  
Ademair Traziano

  
Roberto

**APROVADO**

  
R. Edson

  
Pericles





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## REQUERIMENTO

(COMISSÃO GERAL)

DESPACHO

I - RECEBIDO

II - PROTOCOLE-SE

III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO

PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO

IV - À DAP PARA PROVIDÊNCIAS

SALA DAS SESSÕES DATA

PRESENTE

02 DEZ. 2013

**Requer** a Transformação das Sessões Plenárias de 03 de dezembro, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei nº 661/13.

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requerem**, com fundamento no art. 107 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias de 03 de dezembro, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei nº 661/13.

Sala das Sessões em, 02 de dezembro de 2013.

15:38 02/12/2013 010414 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

*Assinaturas manuscritas:*

- 1 - Douglas Fabiano
- 2 - Wilson
- 3 - Telcio
- 4 - Adriano
- 5 - B. B. B.
- 6 - B. B. B.
- 7 - B. B. B.
- 8 - B. B. B.
- 9 - B. B. B.
- 10 - B. B. B.
- 11 - B. B. B.
- 12 - B. B. B.
- 13 - B. B. B.
- 14 - B. B. B.
- 15 - B. B. B.
- 16 - B. B. B.
- 17 - B. B. B.
- 18 - B. B. B.



Emenda de Plenário nº	01
DAP	04 DEZ 2013
Viso	<i>Cláudio</i>

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 661/13**

O parágrafo único do artigo 8º do Projeto de Lei nº 661/13 passa a ser denominado como Parágrafo 1º e mantém a mesma redação:

“§ 1º A APPA poderá promover contratação de pessoal por período determinado, nos termos do que autoriza a legislação trabalhista, cujos contratos terão duração máxima e improrrogável de até dois anos, mediante processo seletivo público que observe os princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.”

Sala das Sessões, 02 de dezembro de 2013.

*Alceu Maron Filho*  
**ALCEU MARON FILHO**  
Deputado Estadual

*Silvia*  
DEPUTADA

*Imphandeli*  
Ferreira

*Roseli*  
Rosa

*Cy Rina*  
Batista



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*3ª Sessão Legislativa – 17º Legislatura*

*Gabinete Deputado Alceu Maron Filho*

### **JUSTIFICATIVA**

Justifica-se esta Emenda Modificativa sobre a alteração da denominação do Parágrafo Único do Art. 8º do Projeto de Lei 661/13 pela adição de novos quatro parágrafos em Emenda Aditiva ao Projeto.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Gabinete Deputado Alceu Maron Filho

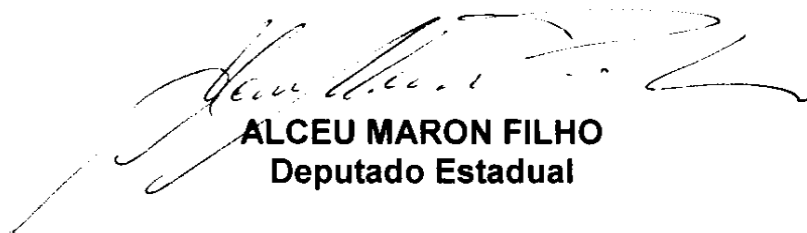
Emenda de Plenário nº	02
04 DEZ 2013	
PAP	
Visto	<i>Claudio</i>

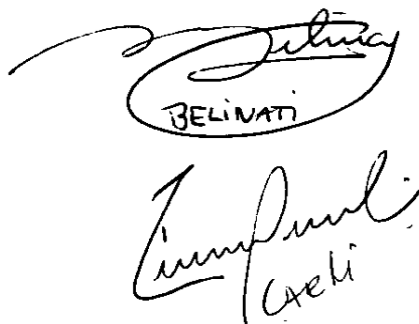
## EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 661/13

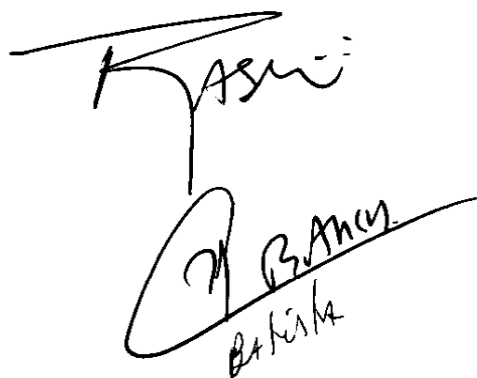
Acresce o parágrafo 2º ao Projeto de Lei nº 661/13, de autoria do Poder Executivo.

“§ 2º Os atuais servidores da APPA, que contavam com mais de cinco anos de serviço público em 1988, quando da promulgação da Constituição, passarão a ser regidos pelo regime jurídico único do funcionalismo e terão seus empregos transformados em cargos públicos na data da publicação desta lei, devendo a APPA aportar os recursos necessários para suprir esta transformação.”

Sala das Sessões, 02 de dezembro de 2013.

  
**ALCEU MARON FILHO**  
Deputado Estadual

  
BELINATI

  
R. B. Amorim



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*3ª Sessão Legislativa – 17º Legislatura*

*Gabinete Deputado Alceu Maron Filho*

## **JUSTIFICATIVA**

Uma das razões que determinaram a elaboração do presente projeto de lei faz referência as recomendações emanadas da Comissão Parlamentar de Inquérito, desta Casa de Leis, decorrentes do volumoso passivo trabalhista da APPA, cuja origem advém principalmente dos desvios funcionais, pelo que, a citada comissão recomenda ao Poder Executivo a adoção de mecanismos capazes de resolver essas demandas.

A inclusão do Paragrafo 2º abrange o pessoal celetista com estabilidade à época da promulgação da Constituição de 1988, decorrente de julgamento do STF que ao julgar a ADI 114(do Paraná) decidiu, por unanimidade, que os servidores tem direito à transformação de suas funções em cargos públicos, cumprindo desta forma o dispositivo constitucional.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

3ª Sessão Legislativa – 17º Legislatura

Gabinete Deputado Alceu Maron Filho

Emenda de Plenário nº	03
DATA	04 DEZ. 2013
DAP	
Visto	<i>Alceu</i>

## EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 661/13

Acresce o parágrafo 3º ao Projeto de Lei nº 661/13, de autoria do Poder Executivo.

“§ 3º Aos atuais servidores da APPA será disponibilizado Plano de Demissão Voluntária - PDV, de acordo com as normas a serem implementadas.”

Sala das Sessões, 02 de dezembro de 2013.

*Alceu Maron Filho*  
**ALCEU MARON FILHO**  
Deputado Estadual

*Belinati*  
BELINATI

*Bernardo*  
BERNARDO

*Batista*  
Batista



### **JUSTIFICATIVA**

Com a inclusão do Paragrafo 3º atendemos a recomendação da Comissão designada pela resolução conjunta SEIL/SEAP/SEPL/APPA/PGE/PRPREV nº 001/2013 para a implantação do Plano de Demissão Voluntária – PDV. Entendemos que dessa forma a APPA terá condições de reduzir de imediato seu potencial passivo trabalhista, uma vez que, como é do conhecimento geral, a correção de desvios funcionais, somente pode ocorrer com a eliminação de alguns postos de trabalho, especialmente onde não se farão mais necessários, em razão da transferência para os operadores portuários dessas funções.

Muitos dos funcionários enquadrados nessa situação, aguardam com grande expectativa esse Plano de Demissão Voluntária – PDV, com a adoção de cronograma de dispensa para garantir a continuidade dos serviços que ainda permanecerem sob a responsabilidade da APPA. Por certo haverá a adesão de um grande contingente de portuários, constituindo-se em decisão fundamental para o início do processo de modernização do porto, com a conseqüente diminuição na incidência de desvios de função nos quadros de servidores da APPA.



Folha de pagamento do Estado: R\$ 1.162.107.302,00

Deixando de ser Autarquia, ficaria fora do âmbito de competência da SEAP;

- IMPACTOS PREVIDENCIÁRIOS DECORRENTES DA INCORPORAÇÃO DOS SERVIDORES DA APPA NO RPPS DO ESTADO DO PARANÁ – fls. 21/23

- ATA 4ª REUNIÃO (fls. 25 a 27)

Troca de informações sobre PDV em outras entidades.

- ATA 5ª REUNIÃO (fls. 28 a 30);

Debate.

- ATA 6ª REUNIÃO (fls. 31 a 38)

Conclusão dos trabalhos:

"A COMISSÃO RECOMENDA: 1) ao Governo do Estado do Paraná que atribua a uma empresa pública a condição de executória do Convenio de Delegação n. 037/2001 firmado entre a União Federal e o Estado do Paraná, mediante a transformação da natureza jurídica da APPA; 2) Seja criado um novo quadro de empregados da APPA, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT; 3) Seja colocado em extinção o atual quadro de empregados; 4) Seja mantido o Regime Geral de Previdência Social – RGPS. 5) Implantação de um Plano de Demissão Voluntária nos moldes já adotados pelo Estado do Paraná; 6) Minuta de projeto de lei de autorização para transformação em empresa pública."

Às fls. 62 e seguintes, estão acostadas a Minuta do Projeto de Lei e a conseqüente Justificativa.

Confere com original  
SEEG/CTL, em  
Ass. \_\_\_\_\_

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
Coordenação da Administração Financeira do Estado  
Avenida Vicente Machado, 445 – 15º Andar – CEP 80.420-010 – Curitiba – Paraná.  
Fone (41) 3321-9041  
www.fazenda.pr.gov.br



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

3ª Sessão Legislativa – 17º Legislatura

Gabinete Deputado Alceu Maron Filho

Emenda de Plenário nº	04
Filho	04 DEZ. 2013
DAP	
Visto	<i>Cláudio</i>

## EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 661/13

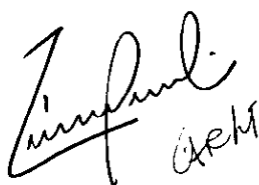
Acresce o parágrafo 4º ao Projeto de Lei nº 661/13, de autoria do Poder Executivo.

“§ 4º Será instituída Previdência Complementar aos servidores da APPA, nos termos da Legislação Previdenciária vigente.”

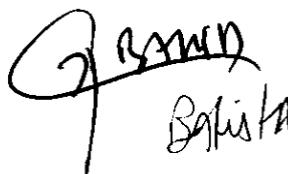
Sala das Sessões, 02 de dezembro de 2013.

  
**ALCEU MARON FILHO**  
Deputado Estadual

  
DELVINA

  
Zimphul  
A. K. H.

  
T. Assis

  
G. Batista



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*3ª Sessão Legislativa – 17º Legislatura*

*Gabinete Deputado Alceu Maron Filho*

## **JUSTIFICATIVA**

A inclusão do Parágrafo 4º tem por objetivo a modernização institucional da APPA, sendo essencial à solução dos litígios individuais, entre esta e seus empregados, garantindo benefícios previdenciários à servidores que por décadas prestam serviços a APPA.



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## **REQUERIMENTO**

(COMISSÃO GERAL)

DESPACHO

I - RECEBIDO

II - PROTOCOLE-SE

III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO

PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO

IV - À DAP PARA PROVIDÊNCIAS

SALA DAS SESSÕES PARA

PRESIDENTE

04 DEZ 2013

**Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 09 de dezembro, próxima segunda-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei nº 661/13, com diminuição de interstício entre as sessões.**

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requerem**, com fundamento no art. 107 e no art. 174, § 2º do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, de 09 de dezembro, próxima segunda-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei nº 661/13, com diminuição de interstício entre as sessões.

Sala das Sessões em, 03 de dezembro de 2013.

14:44 04/12/2013 010515 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Assinaturas dos Deputados subscrevendo o requerimento:

- ① D. RUSCH
- ② D. D. RUSCH
- ③ D. D. RUSCH
- ④ D. D. RUSCH
- ⑤ D. D. RUSCH
- ⑥ D. D. RUSCH
- ⑦ D. D. RUSCH
- ⑧ D. D. RUSCH
- ⑨ D. D. RUSCH
- ⑩ D. D. RUSCH
- ⑪ D. D. RUSCH
- ⑫ D. D. RUSCH
- ⑬ D. D. RUSCH
- ⑭ D. D. RUSCH
- ⑮ D. D. RUSCH
- ⑯ D. D. RUSCH
- ⑰ D. D. RUSCH
- ⑱ D. D. RUSCH



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



PROJETO DE LEI Nº 446 DE 2013

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**  
Em, 23 SET. 2013  
*[Assinatura]*  
**1º Secretário**

**SÚMULA:** Proíbe a exigência de substituição ou retirada de pisos de madeira para concessão de alvará de funcionamento.

**Art. 1º** Fica proibida a exigência, por parte da autoridade responsável pela emissão do laudo para funcionamento de Centros de Tradição Gaúcha (CTGs), de substituição ou retirada de pisos de madeira do imóvel.

**Parágrafo único.** A proibição prevista no caput deste artigo se estende a pisos de madeira utilizados em palcos, tablados ou pistas de dança.

**Art. 2º** Para seu fiel cumprimento, esta Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de setembro de 2013.

*[Assinatura]*  
**ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual

16:01 23/09/2013 008271 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



**JUSTIFICATIVA**

O objetivo do presente Projeto de Lei é vedar às autoridades responsáveis pela emissão laudo para funcionamento de qualquer estabelecimento a exigência de retirada ou substituição de pisos de madeira.

Tal prática vem sendo comumente empregada em municípios do interior de nosso Estado, onde as autoridades proíbem a utilização de pisos de madeira em salões onde ocorre grande concentração de pessoas, sob o argumento de que tal material coloca em risco a segurança de quem utiliza o espaço.

Ocorre que o tablado de madeira faz parte de tradições seculares referentes à cultura do Movimento Tradicionalista Gaúcho, onde é imprescindível a utilização de tal piso para a execução de apresentações de danças tradicionais.

Tais danças exploram movimentos de sapateado, onde o solado dos calçados (botas) deve ser de couro e taco (madeira) e o piso do local de apresentação de madeira, ocasionando um barulho da dança, que acompanha o ritmo da música.

Como exemplo de danças que utilizam o som obtido pelo choque do solado do dançarino com a madeira, podemos citar:

- Chimarrita: dança típica do folclore gaúcho, trazida de Portugal, amplamente praticada nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além de províncias Argentinas e Uruguaias. Tem como características o bater de pés e o bater de mãos e os figurantes dispõem-se em filas e depois seguem assim, até formarem uma roda, um atrás do outro. O passo é lento e atraente. É um baile cantado, onde há solo e coro.
- Chula: também uma dança típica do Rio Grande do Sul, dançada em desafio e praticada apenas por homens. Uma vara de madeira denominada lança é colocada no chão, com dois ou três dançarinos dispostos em suas extremidades. Ao som da gaita gaúcha, os dançarinos executam diferentes sapateados, avançando e recuando sobre o pedaço de madeira.
- Catira: é uma dança do folclórica brasileira, em que o ritmo musical é marcado pela batida dos pés e mãos dos dançarinos. De origem híbrida, com influências indígenas, africanas e européias, tem suas raízes em Mato Grosso, Goiás e norte de Minas. É uma dança típica do interior do Brasil, principalmente



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



na área de influência da cultura caipira (Mato Grosso, norte do Paraná, Minas Gerais, Goiás e partes de São Paulo e Mato Grosso do Sul).

Diante do exposto, certo da importância de preservar as tradições culturais há tempos difundidas em nosso Estado, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, 23 de setembro de 2013.



**ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 446/2013**

**Projeto de Lei: 446/2013**

**Autor: Deputado Anibelli Neto**

**Súmula:** Proíbe a exigência de substituição ou retirada de pisos de madeira para concessão de alvará de funcionamento.

**EMENTA:** REGULAMENTAÇÃO DO LAUDO DE FUNCIONAMENTO. AUTORIZAÇÃO E CONCESSÃO A SER REALIZADA PELO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO. COMPETENCIA COMUM, ART. 23 E 24 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONSTITUCIONALIDADE. VOTO PELA APROVAÇÃO.

**1. PREÂMBULO**

O presente projeto de lei da lavra do Deputado Antonio Anibelli Neto visa impedir que a autoridade responsável pela liberação de Alvará de funcionamento dos Centros de Tradição Gaúcha (CTG's), exija a substituição ou retirada dos pisos de madeira que possam existir em seus estabelecimentos para que então seja concedido o respectivo Alvará.



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sabe-se que a Constituição é a lei fundamental e suprema de uma nação, ditando a sua forma de organização e seus princípios basilares.

Os Direitos Culturais, além de serem direitos humanos previstos expressamente na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), no Brasil encontram-se devidamente normatizados na Constituição Federal de 1988 devido à sua relevância como fator de singularizarão da pessoa humana.



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



Como afirma Bernardo Novais da Mata Machado<sup>1</sup>, "os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, cuja história remonta à Revolução Francesa e à sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), que sustentou serem os indivíduos portadores de direitos inerentes à pessoa humana, tais como direito à vida e à liberdade."

Fato é que a cultura reflete o modo de vida de uma sociedade, além de interferir em seu modo de pensar e agir, sendo fator de fortalecimento da identidade de um povo e indubitavelmente de desenvolvimento humano. Conforme afirma José Márcio Barros<sup>2</sup>, a "cultura refere-se tanto ao modo de vida total de um povo – isso inclui tudo aquilo que é socialmente aprendido e transmitido, quanto ao processo de cultivo e desenvolvimento mental, subjetivo e espiritual, através de práticas e subjetividades específicas, comumente chamadas de manifestações artísticas"

Nesse sentido, com o intuito de garantir o direito à cultura, assim diz a Constituição:

**"Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno**

---

<sup>1</sup> MACHADO, Bernardo Novais da Mata. "Direitos Culturais e Políticas para a Cultura – Curso de Gestão e Desenvolvimento Cultural Pensar e Agir com Cultura, Cultura e Desenvolvimento Local 2007".

<sup>2</sup> BARROS, José Márcio. "Diversidade Cultural e Desenvolvimento Humano – Curso de Gestão e Desenvolvimento Cultural Pensar e Agir com Cultura, Cultura e Desenvolvimento Local 2007".



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.**

**§ 1.º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.**

**§ 2.º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais."**  
*(grifamos)*

Conforme se verifica, o constituinte mostrou-se preocupado em garantir a todos os cidadãos brasileiros o efetivo exercício dos direitos culturais, o acesso às fontes da cultura nacional e a liberdade das manifestações culturais.

Partindo desse ponto, vemos que é dever do Estado garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais.

Porém, tais direitos sofrem constantes limitações em função de um emaranhado de exigências e normas que põem um fim a tradições seculares.

É o que vem ocorrendo com a Cultura do Movimento Tradicionalista Gaúcho, que esta sendo obrigada a substituir o piso de madeira nos CTG's para que possa funcionar. Esta imposição retira



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



parte essencial para o pleno exercício da tradição das danças, tais como a Chimarrita, Chula e Catira.

O presente projeto vem ao encontro das aspirações culturais e ao pleno direito de sua pratica. Assim, verifica-se que o assunto disposto na proposição apresentada encontra-se revestido de legalidade, pois amparado pelos preceitos constitucionais.

A competência para legislar sobre as questões culturais e artísticas é de competência comum entre a União, os Estados e Municípios, como se pode constatar pelos art. 23 e 24 da nossa Constituição Federal:

**Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:**

(...)

**III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;**

**IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;**

**V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; (grifamos)**

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

...

**VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;**



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, **a bens e direitos de valor artístico**, estético, histórico, turístico e paisagístico;

(...)

IX - educação, **cultura**, ensino e desporto;  
(grifamos)

Desta forma, não resta dúvida quanto à viabilidade do projeto ora analisado, não podendo ser outro o entendimento senão o da aprovação do mesmo.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistente óbice ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2013.

*[Signature]*  
Deputado Nelson Justus  
PEDRO LUPION  
PRESIDENTE

*[Signature]*  
Deputado Tadeu Veneri  
RELATOR

Praça Nossa Senhora Je Saete, s/n - Curitiba/PR - CEP: 80.530-911  
Fone/Fax: (41) 3350-4000

**APROVADO**

*[Signature]*  
Dep. Nereu

*[Signature]*  
Dep. Pastor

*[Signature]*  
Dep. Tadeu Veneri

*[Signature]*  
Dep. Carlos



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*  
Comissão de Cultura



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 446/2013**

Autor: Deputado Anibelli Neto  
Relator: Deputado Wilson Quinteiro

**Súmula:** Proíbe a exigência de substituição ou retirada de pisos de madeira para concessão de alvará de funcionamento.

**I – SÍNTESE FÁTICA**

O Projeto de Lei em questão objetiva proibir a exigência de substituição ou retirada de pisos de madeira para concessão de alvará de funcionamento.

Após análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Tadeu Veneri, o Projeto foi aprovado ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Logo após, o projeto foi encaminhado para a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito, que relatou parecer indicando também a aprovação, consoante se passará a demonstrar.

**II – MÉRITO**

O ato de proibir a exigência de substituição ou retirada de pisos de madeira, para concessão de alvará de funcionamento, de estabelecimentos com grande concentração de pessoas, tem como fim a proteção das manifestações artísticas e, como consequência, o efetivo exercício dos direitos culturais.

O projeto visa proteger estabelecimentos que realizam eventos de dança e exploram a cultura do sapateado.

A dança sempre esteve presente na vida das pessoas, desde as sociedades mais antigas, é expressão de diversidade cultural e resgate de valores históricos.

Isto pelo fato de que, o ritmo da música em danças tradicionais como: Chimarrita, Chula e Catira é acompanhado pelo barulho do solado dos calçados no piso de madeira, atrito que só produzirá som se não retirado o piso em questão no Projeto de Lei.

A preservação e difusão da Cultura são direitos garantidos pela Carta Magna. É dever do Estado incentivá-las, conforme evidencia o art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e **apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.** (grifos nossos)



Nesse contexto e diante do que expõe o projeto, objeto de análise desta Comissão de Cultura, merece aprovação com congratulações, por auxiliar diretamente a concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental, apoiando e incentivando a valorização e difusão das manifestações culturais.

### III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que, o que estabelece está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

Curitiba, 18 de novembro de 2013.

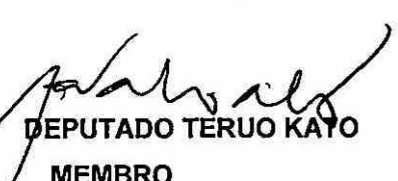
  
DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO  
PRESIDENTE


  
DEPUTADO WILSON QUINTERO  
RELATOR

  
DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
MEMBRO

  
DEPUTADO BERNARDO CARLI  
MEMBRO

  
DEPUTADO CAIO QUINTANA  
MEMBRO

  
DEPUTADO TERUO KATO  
MEMBRO

  
DEPUTADO PEDRO LUPION  
MEMBRO